



ABM & MPT

NOS MUNICÍPIOS

II



Associação Brasileira de Municípios



Ministério Público do Trabalho

1. APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de Municípios (ABM), fundada em 15 de março de 1946 no Rio de Janeiro, possui sua trajetória marcada pela defesa incansável dos direitos humanos e pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. Alinhada à Nova Agenda Urbana e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a partir do princípio da Agenda 2030 - “Leave no one behind (LNOB)” Não deixar ninguém para trás, a associação atua como catalisadora de transformações sociais, promovendo a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

Com sede em Brasília, a ABM trabalha na vanguarda da promoção de políticas públicas que garantam o acesso universal aos direitos fundamentais. Um exemplo significativo foi sua participação na concepção do Programa Mais Médicos, iniciativa que materializou o direito constitucional à saúde, especialmente em locais com índices de vulnerabilidade socioeconômico e territórios historicamente desassistidos. Esta ação segue refletindo o compromisso da associação com o ODS 3 (Saúde e Bem-estar), garantindo o acesso universal à saúde, e alcançando a ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação), uma vez que promove o acesso igualitário à direitos universais e fomenta parceria entre instituições e governos permitindo que a política pública fosse implementada com sucesso.

O protagonismo da ABM na conquista da recomposição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e sua ampliação para 25,5% do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) também representa mais que uma vitória administrativa - é um avanço fundamental para garantir que as cidades possam investir em políticas sociais, infraestrutura sustentável e programas de redução das desigualdades, alinhando-se aos ODS 10 (Redução das desigualdades) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). A aprovação da nova Lei de Improbidade Administrativa fortaleceu a governança local, permitindo uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos públicos.

A missão da ABM transcende a busca pela autonomia municipal - representa um compromisso com a construção de cidades com inclusão social, justiça social, promovendo a sustentabilidade e o bem viver, proporcionando o acesso à saúde, educação e trabalho digno. Através de sua atuação, a associação atua para que cada município brasileiro possa implementar efetivamente os princípios da Nova Agenda Urbana e alcançar as metas dos ODS, garantindo qualidade de vida e dignidade à população. Afinal, fortalecer os municípios com base nos direitos humanos e na sustentabilidade é construir um Brasil mais igualitário e próspero para as presentes e futuras gerações. Diante disso, observa-se que os compromissos assumidos pela ABM junto a Agenda 2030 e as ODS dialogam com o Ministério Público do Trabalho - MPT, conforme previsto no Planejamento Estratégico da instituição.

2. ANTECEDENTES

A Associação Brasileira de Municípios (ABM) tem se destacado como uma instituição fundamental na promoção e implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito municipal brasileiro. Sua trajetória neste campo remonta à época dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), demonstrando um compromisso histórico com as agendas globais de desenvolvimento sustentável.

Um dos marcos mais significativos da atuação da ABM nesta área é a coordenação do "Projeto Parceria pelo Desenvolvimento Sustentável", uma iniciativa realizada com financiamento da União Europeia. Este projeto representa um importante avanço na identificação e sistematização das ações municipais alinhadas aos ODS e à Agenda 2030, permitindo uma compreensão mais aprofundada das realidades locais e suas contribuições para as metas globais.

A experiência acumulada pela ABM ao longo dos anos a coloca em uma posição privilegiada para atuar como articuladora entre as diferentes esferas de governo e os municípios. Esta capacidade se manifesta em diversos aspectos:

(i) Articulação com Gestores Municipais

A ABM desenvolveu uma notável competência na mobilização e engajamento de prefeitos, gestores e técnicos municipais, estabelecendo uma rede de colaboração efetiva que facilita a implementação de projetos de grande escala.

(ii) Continuidade e Evolução

A transição dos ODM para os ODS foi acompanhada de perto pela ABM, que manteve seu papel ativo na adaptação e implementação das novas diretrizes nos municípios brasileiros. Esta continuidade permitiu o acúmulo de conhecimentos e boas práticas que beneficiam diretamente as administrações municipais.

(iii) Capacidade de Mobilização

Um dos diferenciais da ABM é sua capacidade de promover o engajamento efetivo das prefeituras em projetos de desenvolvimento sustentável, graças à sua extensa rede de relacionamentos e profundo conhecimento das realidades municipais.

A ABM continua expandindo sua atuação no campo do desenvolvimento sustentável, sempre buscando inovações e parcerias que possam contribuir para o alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030. Seu papel como articuladora e facilitadora deste processo permanece fundamental para o sucesso da implementação dos ODS nos municípios brasileiros.

3. CENÁRIO ATUAL

O ano de 2025 marca um momento crucial para os municípios brasileiros com a transição das gestões municipais. Esse período de mudança traz consigo não apenas a renovação política, mas também desafios significativos para a continuidade e aprimoramento das políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda, mas sobretudo, ao trabalho digno e à inclusão social.

A transição entre gestões municipais é um período delicado que requer planejamento minucioso para evitar a interrupção de serviços essenciais e programas sociais. Um dos principais desafios é manter e fortalecer as políticas públicas de promoção do trabalho digno, especialmente aquelas voltadas aos grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, jovens e idosos, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

No contexto atual, as novas administrações municipais precisam priorizar a estruturação de equipes técnicas capacitadas para dar continuidade, aprimorar e implementar programas de qualificação profissional direcionada às populações vulneráveis, com incentivo ao empreendedorismo social e economia solidária, políticas de primeiro emprego para jovens, programas de inclusão no mercado de trabalho para pessoas com deficiência, ações afirmativas para promoção da igualdade racial e de gênero no ambiente laboral entre outras.

É fundamental que as novas gestões estabeleçam mecanismos eficazes de fiscalização e combate ao trabalho infantil, ao trabalho análogo à escravidão e às práticas discriminatórias no ambiente profissional. Isso inclui o fortalecimento das parcerias com o Ministério Público do Trabalho, sindicatos e organizações da sociedade civil.

Para garantir a efetividade dessas ações, é essencial que os novos gestores municipais realizem um diagnóstico detalhado dos programas existentes e seus resultados, identifiquem as principais vulnerabilidades e demandas locais, estabeleçam metas claras e indicadores de monitoramento, garantam a participação social na formulação e acompanhamento das políticas e busquem parcerias e fontes de financiamento sustentáveis.

As novas gestões municipais precisam compreender que o investimento em políticas de trabalho digno e inclusão social não é apenas uma obrigação legal, mas um caminho fundamental para o desenvolvimento sustentável, o bem estar e a redução das desigualdades, com justiça racial. A promoção do trabalho decente e a prevenção da exploração laboral são elementos centrais para a construção de cidades mais justas e igualitárias.



Associação Brasileira de Municípios

O momento de transição, embora desafiador, representa uma oportunidade única para repensar e fortalecer as políticas públicas municipais, alinhando-as aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às demandas contemporâneas por inclusão e sustentabilidade. O êxito nessa tarefa dependerá da capacidade dos novos gestores de construir equipes competentes, estabelecer processos eficientes e manter o compromisso com a promoção do trabalho digno e o combate a todas as formas de exploração e discriminação no mundo do trabalho.



Ministério Público do Trabalho

4. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Promover a capacitação e fortalecimento institucional de municípios e comunidades vulnerabilizadas por meio de oficinas on-line, visando a disseminação de conhecimento, a promoção de direitos humanos e fundamentais no mundo do trabalho e o cumprimento da Agenda 2030, com foco nos povos originários, comunidades quilombolas, ribeirinhas, de terreiros e populações periféricas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear e identificar municípios que poderão ser incluídos no projeto, estabelecendo claramente o público-alvo e suas principais demandas;
- Desenvolver metodologias de capacitação on-line adaptadas às necessidades dos beneficiários, garantindo acessibilidade e aplicabilidade dos conteúdos;
- Produzir materiais orientadores de apoio às prefeituras e demais atores locais, visando a implementação de políticas que promovam direitos humanos e dignidade no mundo do trabalho;
- Realizar oficinas regionais de capacitação on-line para disseminação de conhecimento e alinhamento com os objetivos do projeto, fomentando o diálogo entre diferentes setores;
- Produzir relatórios das oficinas como devolutiva das ações realizadas, servindo como base para aprimoramento das iniciativas e planejamento de novas estratégias;
- Selecionar e apoiar projetos que fortaleçam a promoção de direitos humanos e fundamentais junto a populações vulnerabilizadas, incentivando ações concretas e sustentáveis.

5. ATIVIDADES

ELABORAÇÃO DE MAPEAMENTO DOS MUNICÍPIOS

ELABORAÇÃO DE MAPEAMENTO DOS MUNICÍPIOS

Atividade prevista para a identificação dos municípios que farão parte do projeto.

- **Produto:** Relatório com recorte dos municípios que serão público alvo do projeto
- **Tipo de atividade:** Produto
- **Periodicidade:** 15 dias de prazo para execução

REDE DE INTEGRAÇÃO DOS AGENTES MUNICIPAIS

Atividade de criação do sistema on-line de coleta e sistematização de dados de parceiros municipais.

- **Produto:** Desenvolvimento de sistema on-line para coleta e sistematização dos dados dos responsáveis pelas atividades nas Prefeituras Municipais
- **Tipo de atividade:** Produto
- **Periodicidade:** 30 dias de prazo para execução

ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES ON-LINE

Atividade de criação da metodologia para capacitação on-line dos parceiros municipais.

- **Produto:** Relatório com metodologia a ser aplicada durante as atividades de capacitação on-line com os agentes municipais
- **Tipo de atividade:** Produto
- **Periodicidade:** 30 dias de prazo para execução

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS PARA CARTILHA ORIENTADORA SOBRE ATUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS NO MUNDO DO TRABALHO, INCLUSIVE JUNTO AOS POVOS ORIGINÁRIOS E AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Atividade de produção da cartilha sobre atuação dos Municípios na promoção de direitos humanos e fundamentais no mundo do trabalho considerando os ODS, inclusive junto aos Povos Originários e aos Povos e Comunidades Tradicionais.

- **Produtos:** Relatório com o conteúdo da cartilha em formato word para posterior diagramação
- **Tipo de atividade:** Produto
- **Periodicidade:** Mensal

REALIZAÇÃO E RELATORIA DAS OFICINAS DE CAPACITAÇÃO ON-LINE PARA OS AGENTES MUNICIPAIS MAPEADOS, E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Atividade de execução das oficinas de capacitação com base na metodologia desenvolvida e validada para capacitação on-line dos parceiros municipais.

- **Produtos:**
 - Oficinas regionais executadas de acordo com a metodologia desenvolvida para o projeto;
 - Relatoria das oficinas realizadas.
- **Tipo de atividade:** Serviço
- **Periodicidade:** Mensal

PROJETOS A SEREM APOIADOS

Atividade de mapeamento e incentivo a projetos fomentados de acordo com os ideais e premissas da ABM, do MPT e do Áwuré, de modo a estimular e multiplicar as boas ações entre os públicos-alvo.

- **Produtos:**
 - Oficinas regionais executadas de acordo com a metodologia desenvolvida para o projeto;
- **Tipo de atividade:** Projeto

6. COMISSÃO NACIONAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A participação da Associação Brasileira de Municípios (ABM) na Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) representa um marco significativo para o avanço da implementação da Agenda 2030 no Brasil. Esta análise técnico-política busca demonstrar a relevância desta participação, considerando tanto aspectos técnicos quanto políticos, bem como seus impactos na efetiva territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país.

A CNODS constitui o principal espaço de governança para a implementação da Agenda 2030 no território brasileiro, sendo fundamental para articular diferentes atores e níveis de governo em torno dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a presença da ABM se reveste de particular importância, uma vez que representa a instância governamental mais próxima da população e responsável pela execução direta de grande parte das políticas públicas que impactam o alcance dos ODS.

Do ponto de vista técnico, a ABM traz para a Comissão uma expertise única e fundamental, baseada na experiência concreta da gestão municipal. Como entidade representativa dos 5.570 municípios brasileiros, a associação possui profundo conhecimento sobre os desafios e potencialidades da implementação de políticas públicas no nível local. Esta experiência é essencial para garantir que as decisões tomadas no âmbito da Comissão sejam viáveis e efetivas quando aplicadas no território.

A capacidade técnica da ABM se manifesta em diversos aspectos cruciais para o sucesso da Agenda 2030. A associação possui ampla experiência na articulação de demandas municipais, na promoção de boas práticas de gestão e na facilitação do diálogo entre diferentes níveis de governo. Seu conhecimento sobre instrumentos de planejamento e gestão territorial, bem como sobre mecanismos de cooperação interfederativa, representa um ativo valioso para a Comissão.

Além disso, a ABM possui uma estrutura organizacional que permite a mobilização efetiva dos gestores municipais, a realização de capacitações e a disseminação de informações em larga escala. Esta capilaridade é fundamental para garantir que as diretrizes e decisões da CNODS alcancem efetivamente o nível local e se traduzam em ações concretas.

No âmbito político, a participação da ABM na Comissão contribui significativamente para o fortalecimento do pacto federativo brasileiro. Ao garantir voz ativa aos municípios nas decisões estratégicas sobre a implementação dos ODS, esta participação assegura maior equilíbrio nas relações federativas e reconhece o papel protagonista dos governos locais no desenvolvimento sustentável.

A presença da ABM também facilita a articulação institucional entre diferentes níveis de governo, atuando como ponte entre as esferas federal, estadual e municipal. Esta capacidade de mediação é crucial para a construção de consensos em torno de prioridades nacionais e para o estabelecimento de uma governança multinível efetiva.

A legitimidade do processo de implementação dos ODS é significativamente fortalecida com a participação da ABM. A representação municipal assegura maior respaldo às decisões da Comissão e amplia a base de apoio às iniciativas propostas, garantindo maior engajamento dos governos locais e melhor aceitação das diretrizes estabelecidas.

Os benefícios desta participação se estendem a múltiplos aspectos da implementação da Agenda 2030. Para a Comissão Nacional, significa a incorporação da perspectiva municipal em suas deliberações e maior capilaridade na implementação de suas decisões. Para os municípios, representa acesso direto às discussões estratégicas nacionais e maior possibilidade de influenciar decisões que afetam diretamente a gestão local.

Para a própria Agenda 2030, a participação da ABM contribui para uma territorialização mais efetiva dos ODS, melhor alinhamento entre políticas nacionais e locais, e fortalecimento dos mecanismos de implementação. A presença da associação também favorece a ampliação do alcance das iniciativas propostas e o estabelecimento de parcerias mais efetivas para o alcance das metas estabelecidas.

É fundamental, portanto, que esta participação seja formalizada através de instrumentos legais adequados e que sejam estabelecidos mecanismos permanentes de consulta aos municípios. Recomenda-se também a criação de grupos técnicos específicos para temas municipais e o desenvolvimento de estratégias efetivas de comunicação e mobilização.

Em conclusão, a participação da ABM na Comissão Nacional dos ODS representa não apenas uma necessidade técnica e política, mas uma condição fundamental para o sucesso da implementação da Agenda 2030 no Brasil. Sua presença fortalece o pacto federativo, assegura a representação municipal e contribui decisivamente para a efetiva territorialização dos objetivos de desenvolvimento sustentável. A combinação de expertise técnica e capacidade de articulação política da ABM constitui um ativo valioso para garantir que as especificidades locais sejam consideradas e que as ações propostas tenham maior efetividade e alcance em todo o território nacional.

7. OFICINAS ON-LINE NA CAPACITAÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

As oficinas on-line têm se mostrado um método eficaz e acessível para disseminação de conhecimento e capacitação de diferentes públicos, especialmente em um contexto de crescente digitalização e necessidade de inclusão social. Com a ampliação do acesso à internet e o desenvolvimento de plataformas interativas, a capacitação remota possibilita maior alcance e flexibilidade, garantindo que participantes de diversas localidades possam se beneficiar dos conteúdos e metodologias propostas.

No caso específico do projeto, a realização de oficinas regionais on-line permite:

Alcance Ampliado e Inclusão Digital

Ao mapear e identificar municípios que poderão ser incluídos no projeto, estabelecendo claramente o público-alvo, as oficinas garantem que diferentes comunidades, muitas vezes afastadas dos grandes centros urbanos, tenham acesso à capacitação. Isso contribui para a inclusão digital e democratização do conhecimento.

Metodologias Adaptadas para Públicos Específicos

O desenvolvimento de metodologias de capacitação on-line específicas para os beneficiários do projeto possibilita a criação de conteúdos acessíveis e relevantes, respeitando as necessidades e realidades de cada grupo. Isso torna o aprendizado mais eficiente e aplicável ao contexto local.

Produção de Materiais de Apoio e Fortalecimento Institucional

A produção de materiais orientadores de apoio às prefeituras reforça o compromisso com a promoção de direitos humanos e fundamentais no mundo do trabalho, alinhando-se à Agenda 2030 da ONU. Esses materiais servem como guias práticos para gestores públicos e líderes comunitários, além de auxiliar diretamente na dinâmica de realização e entendimento dos conteúdos apresentados durante as oficinas.

Engajamento e Interação Contínua

A realização de oficinas regionais de capacitação on-line promove a troca de experiências e o alinhamento com os objetivos do projeto. Além disso, facilita a criação de redes de apoio e articulação entre diferentes atores sociais e institucionais.

Monitoramento e Planejamento Estratégico

A produção de relatórios das oficinas permite avaliar o impacto das ações, identificar desafios e elaborar planos para futuras iniciativas. Esse processo de devolutiva contribui para a melhoria contínua das capacitações e das políticas implementadas.



Associação Brasileira de Municípios

Fomento a Projetos Locais e Sustentáveis

A seleção e o apoio a projetos que promovem direitos humanos junto a populações vulnerabilizadas são fundamentais para garantir a continuidade das ações e o empoderamento das comunidades. As oficinas on-line funcionam como um meio de impulsionar essas iniciativas, conectando-as a redes de suporte e oportunidades.

As oficinas on-line representam um modelo eficiente e sustentável para capacitação e promoção de direitos humanos. Além de ampliar o acesso à informação, elas favorecem a articulação entre diferentes agentes sociais e fortalecem iniciativas locais voltadas à inclusão e ao desenvolvimento sustentável. Esse método, quando bem planejado e adaptado às necessidades dos beneficiários, pode gerar impactos significativos e duradouros, contribuindo para a transformação social e para o fortalecimento dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais.

8. METAS E ENTREGAS DO PROJETO

Diante do que foi apresentado, o projeto tem como metas a serem alcançadas:

- (i) Mapear e identificar municípios que poderão ser incluídos no projeto, estabelecendo claramente o público-alvo;
- (ii) Desenvolver metodologias de capacitação on-line específicas para os beneficiários do projeto;
- (iii) Produzir materiais orientadores de apoio às prefeituras para promoção de direitos humanos e fundamentais no mundo do trabalho e cumprimento da Agenda 2030;
- (iv) Realizar oficinas regionais de capacitação on-line, a fim de promover a divulgação de conhecimento e alinhamento com os objetivos do projeto;
- (v) Produzir relatórios das oficinas como devolutiva da ação fomentada e plano inicial de possíveis ações futuras a serem desenvolvidas/aprimoradas;
- (vi) Selecionar e apoiar projetos que fortaleçam a promoção de direitos humanos e fundamentais no junto a população vulnerabilizada, incluindo os povos originários e os povos e comunidades tradicionais.

9. PARCEIROS E APOIADORES DA ABM

A Associação Brasileira de Municípios (ABM) mantém uma sólida e produtiva parceria com o Governo Federal ao longo de sua trajetória, consolidando-se como uma importante interlocutora na relação federativa brasileira. Esta colaboração histórica tem se manifestado em diferentes aspectos e momentos, fortalecendo o municipalismo e contribuindo para o desenvolvimento local em todo o território nacional.

No âmbito das relações federativas, a ABM tem atuado como uma ponte fundamental entre os municípios e o Governo Federal, participando ativamente de discussões estratégicas sobre políticas públicas, distribuição de recursos e fortalecimento da autonomia municipal. Esta articulação tem sido crucial para o aprimoramento do pacto federativo brasileiro e para a defesa dos interesses municipais junto às instâncias federais.

A parceria se materializa de forma especial na realização de eventos e encontros estratégicos, onde a cooperação entre a ABM e o Governo Federal se expressa tanto no apoio institucional quanto no suporte financeiro através de patrocínios de empresas e órgãos estatais. Esta colaboração tem sido fundamental para viabilizar importantes fóruns de discussão e articulação do municipalismo brasileiro.

Um exemplo concreto desta parceria é o tradicional Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, que em sua edição de fevereiro de 2025 reafirma esta relação histórica. O evento conta com o apoio significativo de diversas empresas estatais e órgãos governamentais, que através de patrocínios, demonstram seu compromisso com o fortalecimento do municipalismo e com o desenvolvimento local.

A parceria também se manifesta no desenvolvimento de programas e projetos conjuntos, onde a expertise da ABM em questões municipais se soma à capacidade de execução e aos recursos do Governo Federal. Esta sinergia tem resultado em iniciativas bem-sucedidas nas mais diversas áreas, desde o desenvolvimento urbano até a capacitação de gestores municipais.

Ao longo dos anos, esta colaboração tem se mostrado fundamental para o enfrentamento de desafios complexos que exigem articulação entre os diferentes níveis de governo. Em momentos de crise ou de necessidade de respostas rápidas às demandas específicas, a parceria entre ABM e Governo Federal tem facilitado a implementação de soluções efetivas no nível municipal.



Associação Brasileira de Municípios

Esta relação de parceria entre a ABM e o Governo Federal, construída e fortalecida ao longo de décadas, continua sendo um elemento fundamental para o avanço do municipalismo brasileiro. A colaboração mútua, especialmente na viabilização de eventos estratégicos através de patrocínios de órgãos estatais, demonstra o reconhecimento da importância da ABM como representante legítima dos interesses municipais e como parceira fundamental na construção de um federalismo mais equilibrado e efetivo.



Ministério Público do Trabalho

10. PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DA ABM

A Associação Brasileira de Municípios (ABM) executa seus processos de contratação e aquisições com estrito compromisso com a transparência e a legalidade, seguindo rigorosamente seu Regulamento de Compras. Este documento norteador estabelece procedimentos claros e objetivos para todas as modalidades de contratação realizadas pela instituição.

O Regulamento de Compras da ABM estrutura de maneira sistemática todos os processos licitatórios e de contratação, definindo critérios específicos para cada modalidade de aquisição. Esta estrutura garante a padronização dos procedimentos e assegura a isonomia entre os participantes, bem como a seleção das propostas mais vantajosas para a instituição.

Todos os processos de contratação seguem um fluxo predeterminado que inclui a identificação da necessidade, a elaboração do termo de referência, a pesquisa de mercado, a seleção do fornecedor através do procedimento adequado conforme o Regulamento, e a formalização da contratação. Cada etapa é documentada e arquivada, garantindo a rastreabilidade e o controle de todo o processo.

O compromisso da ABM com a transparência se materializa através da ampla publicidade dada a todos os seus processos de contratação. Todas as informações referentes às licitações e contratações são disponibilizadas de forma integral e atualizada no Portal da Transparência da instituição, acessível através do endereço eletrônico www.abm.org.br/transparencia.

Esta prática de transparência ativa não apenas cumpre com as exigências legais e normativas aplicáveis, mas também reforça o compromisso da ABM com a gestão responsável e o uso eficiente dos recursos. A publicidade dos processos permite o controle social e o acompanhamento por parte dos municípios associados e da sociedade em geral.

Desta forma, a ABM reafirma seu compromisso com a transparência e a eficiência na gestão, disponibilizando de forma ampla e irrestrita todas as informações relativas aos seus processos de contratação, permitindo o acompanhamento e o controle por parte de todos os interessados através de seu Portal da Transparência.



Associação Brasileira de Municípios

11. DETALHAMENTO FINANCEIRO DAS ATIVIDADES

Item	Tipo de atividade	Meses	Valor	Valor total
Gestão do conhecimento				
Elaboração de mapeamento dos municípios	Produto	1	R\$ 11.150,00	R\$ 11.150,00
Rede de integração da sociedade civil e dos agentes públicos	Produto	1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Elaboração e desenvolvimento de metodologia para realização das capacitações on-line	Produto	1	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00
Elaboração e produção de cartilha orientadora	Produto	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Realização e relatoria das oficinas como instrumento norteador das atividades	Serviço	6	R\$ 11.500,00	R\$ 69.000,00
Projetos a serem apoiados	Projeto	5	R\$ 5.000,00	R\$ 25.000,00
Subtotal				R\$ 157.150,00
Taxa de administração				R\$ 7.857,50
Total geral				R\$ 165.007,50

12. INVESTIMENTO E VIABILIDADE

Para o custeio e execução das atividades presentes nesta proposta, estimamos um investimento de R\$165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), que poderá ser creditado em 3 (três) parcelas de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) mensais na conta do Banco do Brasil da Associação Brasileira de Municípios, correspondente a Agência 4200-5, Conta-Corrente nº 7.760-7.

Tal valor garante a qualidade e o impacto desejado para o objetivo do projeto, de forma que cobre todas as etapas do planejamento, produção e execução, assegurando uma entrega eficiente e alinhada às expectativas.

Acreditamos que esta iniciativa trará resultados significativos e contribuirá diretamente para o MPT e automaticamente, para o Awúre. Desta forma, estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida e ajustar os detalhes conforme necessário.

Agradecemos a oportunidade de apresentar esta proposta e ficamos no aguardo de um retorno. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail parcerias@abm.org.br.

Atenciosamente,



Ary José Vanazzi
CPF: 346.432.659-49
Presidente da ABM

CONTATO TÉCNICO

Bruna Leal
Coordenadora Administrativa Financeira
CPF: 014.617.811-40

ENDEREÇO DA SEDE DA ABM

SAUS Quadra 05 Bloco F
Edifício da Associação Brasileira de Municípios
Brasília/DF